

Nº do documento:	(S/N)	Tipo do documento:	PROJETO DE INDICAÇÃO
Descrição:	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE UM PROTOCOLO ESTADUAL INTEGRADO DE PREVENÇÃO E RESPOSTA À VIOLÊNCIA SEXUAL		
Autor:	100026 - DEPUTADA LUANA RÉGIA		
Usuário assinator:	100026 - DEPUTADA LUANA RÉGIA		
Data da criação:	02/12/2025 12:54:26	Data da assinatura:	02/12/2025 12:55:47



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

GABINETE DA DEPUTADA LUANA RÉGIA

PROJETO DE INDICAÇÃO
02/12/2025

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE UM PROTOCOLO ESTADUAL INTEGRADO DE PREVENÇÃO E RESPOSTA À VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL, ENVOLVENDO EDUCAÇÃO, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEGURANÇA PÚBLICA

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ INDICA:

Art. 1º Fica indicado ao Poder Executivo Estadual a adotar um Protocolo Estadual Integrado de Prevenção e Resposta à Violência Sexual Infantil, envolvendo os órgãos estaduais da educação, saúde, assistência social e segurança pública.

Art. 2º O protocolo poderá definir fluxos de comunicação, diretrizes de notificação, estratégias de prevenção e mecanismos de encaminhamento imediato às autoridades competentes.

Art. 3º As ações previstas poderão ser desenvolvidas com base nas estruturas existentes, podendo incluir capacitação de profissionais, produção de materiais educativos e fortalecimento do diálogo intersetorial.

Art. 4º Estando a presente Proposição de acordo com a conveniência do Poder Executivo, o Governo do Estado poderá empreitar os esforços necessários à sua efetivação, observadas as disposições constitucionais e regimentais.

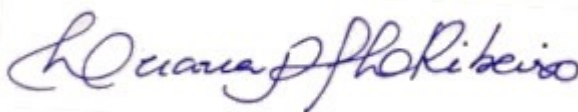
JUSTIFICATIVA

A violência sexual contra crianças é um dos crimes mais subnotificados no Brasil e representa grave violação aos direitos humanos. No Ceará, os dados do Ministério Público e dos Conselhos Tutelares revelam aumento constante de denúncias, especialmente envolvendo crimes ocorridos dentro do ambiente doméstico, o que reforça a necessidade de políticas coordenadas de prevenção e resposta rápida.

Atualmente, os sistemas de educação, saúde, assistência social e segurança pública atuam de maneira complementar, mas nem sempre articulada, o que provoca demora nos encaminhamentos, falhas na notificação obrigatória e dificuldades na proteção imediata das vítimas. A criação de um protocolo estadual unificado, ainda que em caráter orientativo, permite padronizar práticas essenciais, ampliar a comunicação entre equipes e fortalecer o fluxo de atendimento.

A experiência de outros estados demonstra que protocolos intersetoriais reduzem o tempo de resposta e aumentam a efetividade das investigações, além de melhorar a identificação precoce de sinais de abuso. A proposta também contribui para o cumprimento de normativas federais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei da Escuta Protegida e as diretrizes nacionais de enfrentamento à violência sexual infantil.

Por se tratar de uma medida de orientação administrativa, sem imposição de despesas obrigatórias, a proposição apresenta total adequação jurídica e se mantém dentro da natureza dos Projetos de Indicação, cabendo ao Executivo avaliar sua adoção conforme conveniência administrativa.

A handwritten signature in blue ink, reading "Luana Régia", is centered on the page. The signature is fluid and cursive.

DEPUTADA LUANA RÉGIA

DEPUTADO (A)